MEC: dois anos depois
Renato Marques

Na metade do governo Lula, MEC intensifica debates da Reforma Universitária. Leia a opinião de especialistas sobre os dois últimos anos na Educação Superior

Desde que assumiu, em 2003, o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva tem tentado passar a imagem de uma administração que pretende modernizar o país. Isso pode ser visto na avalanche de reformas conduzidas nesta primeira metade de mandato. Como não poderia ser diferente, essa mentalidade se estendeu ao MEC (Ministério da Educação), que tem como meta principal reformar o sistema de Ensino Superior até o final do mandato. Dois anos depois, o anteprojeto de Reforma Universitária está em fase final de debates e deve entrar em votação no congresso até o final de julho - promessa do atual ministro, Tarso Genro.

O projeto de Reforma Universitária, no entanto, não é o único projeto conduzido pelo atual governo que diz respeito ao Ensino Superior. No início da gestão de Cristovam Buarque, principalmente, muitos projetos foram anunciados, como o forte investimento em alfabetização, ampliação do financiamento estudantil e mudanças no sistema de avaliação. Destes, poucos evoluíram da maneira como o governo esperava - especialmente a Reforma. Esta teria sido uma das razões que levaram o presidente Lula a trocar o ministro responsável pela Educação.

A troca, no entanto, é considerada um dos principais pontos negativos pelos dirigentes das instituições de Ensino Superior. "No primeiro momento, tivemos um período de muita abertura para o diálogo, para avaliação dos rumos. E tivemos uma interrupção desse processo, que não foi boa. Recomeçamos tudo no ano passado, quando o governo iniciou o debate da reforma", lamenta o vice-presidente do CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), José Izecias de Oliveira. "Nesses dois anos, o aspecto menos favorável foi a falta de continuidade. A Educação precisa ter continuidade, sem sofrer interferências das mudanças políticas."

A entrada de Tarso Genro fez com que a Reforma Universitária passasse a estar no eixo das ações do ministério. Durante todo o ano passado, uma comissão especial foi montada para criar um anteprojeto de Reforma que atendesse às necessidades do setor. Em dezembro, o projeto foi enviado às entidades de classe e colocado em discussão pública - atitude que se tornou comum na atual do MEC. Mesmo com a troca de ministros, os dirigentes fazem questão de destacar que, hoje, o diálogo com o ministério é muito mais fácil e constante.

"Nunca, como nesse governo, as instituições puderam falar tanto - com o ministro e com o secretário executivo do MEC. Há um caminho aberto para discussão, e isso é enormemente positivo. Então, se há diálogo, há a possibilidade de resolver os problemas do setor", afirma o presidente da Abmes (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior), Gabriel Mário Rodrigues. Desta forma, uma série de debates ainda deve ser travada no período de finalização do projeto de Reforma Universitária.

Um dos pontos-chave é a retomada de alguns projetos do ministro Cristovam Buarque, como a implantação do Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica), que deverá atender também ao Ensino Médio. Além disso, há a insatisfação com os programas de alfabetização de adultos, que tinham metas ousadas, mas não avançaram a contento. "O ministro atual prefere atacar os problemas de maneira global, praticamente tentando criar uma nova LDB com a reforma", diz Oliveira. "Mas não há dúvidas de que perdemos tempo para tocar muitos aspectos que haviam sido propostos no primeiro ano. Recomeçamos e estamos ocupando muito tempo com a Reforma."

Portal Universia Brasil - acesso em 9/3/2005